

# TCU cobra CZ\$ 17,5 milhões gastos por casal no exterior

16 ABR 1988

Vanda Célia

BRASÍLIA — O Tribunal de Contas da União (TCU) está exigindo que o Senado tome providências para garantir aos cofres públicos o ressarcimento de 140 mil dólares, o equivalente no câmbio oficial a aproximadamente CZ\$ 17,5 milhões, que foram pagos a dois funcionários para fazer cursos de especialização em Albany, nos Estados Unidos. Segundo Comissão de Inquérito do próprio Senado, os funcionários não sabiam falar sequer uma palavra de inglês nem fizeram curso algum no exterior, onde permaneceram de três anos à custa do dinheiro do contribuinte.

Luís Antônio Soares Laranja e sua mulher, Virgínia Maria de Faria Laranja, funcionários do Senado, foram autorizados a cursar administração em Albany no início de 1983. Eles ficaram nos Estados Unidos até março de 1985, quando foram chamados de volta. Uma comissão de inquérito do Senado concluiu que os dois não tiveram aproveitamento no curso e mais: que foram “desiduosos” (negligentes) no cumprimento da missão de estudos. A então Mesa do Senado os demitiu, exigindo de volta os dólares que lhes foram pagos. A partir de 25 de junho de 1987, contudo, o atual presidente do Senado, Humberto Lucena, readmitiu-os no quadro de funcionários.

“Tendo em vista os fatos que originaram a demissão, as quantias recebidas pelos servidores desiduosos devem ser restituídas aos cofres públicos”, exigiu o Ministro Ivan Luz, do TCU, em ata publicada no *Diário Oficial* de 4 de janeiro deste ano.

De acordo com o documento do TCU, as contas de 1986 do Senado, para serem aprovadas, dependem do ressarcimento do dinheiro pago ao casal na missão de estudos. O documento do TCU recomenda ao Senado Federal que instaure tomada de conta especial para assegurar o ressarcimento do montante recebido pelos mencionados servidores, de acordo com o Decreto-Lei 200”. O parecer do TCU propõe

ainda que “seja comunicado ao Senado Federal que o ato administrativo de readmissão dos funcionários contraria o artigo 113 de Decreto-Lei 200 de 1967”, encarecendo assim sua revogação, porque ineficaz e ilegal”.

“Nós estamos aguardando decisão da Justiça para ver se será preciso fazer ou não a cobrança do dinheiro pago aos funcionários”, disse o senador Jutahy Magalhães (PMDB-BA), primeiro-secretário do Senado e principal responsável pela administração da casa.

Em julho passado, o Senado começou a receber correspondência do TCU exigindo a cobrança dos dólares. A diretoria do Senado respondeu, à época, que os funcionários já estavam readmitidos. Agora, com a divulgação do parecer, o tribunal volta a exigir a devolução do dinheiro para aprovar as contas prestadas pelo Senado. Há senadores que também exigem explicações sobre o caso. José Fogaça (PMDB-RS) está enviando à Mesa um pedido de informações sobre a situação dos empregados e a dívida pendente das contas do Senado. Ele acha que o assunto exige medidas imediatas.

“**Sem culpa**”— “Que pagar, que nada. Eles vão é receber”, afirmou o advogado Getúlio Barros Barreto, defensor de Luís Antônio Soares Laranja e Virgínia Maria de Faria Laranja, o casal que viajou a estudos para os Estados Unidos, por conta do Senado, recebeu pagamentos em dólares, foi demitido e acabou readmitido, embora o Tribunal de Contas da União exija que eles devolvam aos cofres públicos o dinheiro que receberam durante o período em que estiveram fora do país.

A readmissão do casal, segundo o advogado, já demonstra que eles estão “isentos de qualquer culpa no caso”. Em primeira instância, segundo Getúlio Barreto, a Justiça isentou os dois, decisão igualmente tomada em inquérito administrativo que aprovou sua volta ao emprego. Agora, o advogado diz que está movendo ação indenizatória para seus clientes. Diz também que quem enviou ofício ao Senado exigindo o ressarcimento dos dólares que eles receberam “vai acabar na cadeia”.